



Estado do Pará

Câmara Municipal de Belém

ATA DA SEXAGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA
DO SEGUNDO PERÍODO DA PRIMEIRA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA NONA LEGISLATURA.

No vigésimo quarto dia do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e um, às nove horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém - CMB sob a presidência do vereador José Dinelly. Este solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças no painel eletrônico. Em seguida, o presidente abriu a sessão. Iniciado o Horário do Expediente, pronunciaram-se os vereadores inscritos. Augusto Santos mencionou que Comunidade Fé em Deus, situada no quilômetro 10 da Rodovia Augusto Montenegro, sofre com a falta de saneamento e má qualidade da água. Disse ter comprovado pessoalmente esses problemas ao participar de uma reunião com os moradores do local, realizando várias ações junto aos órgãos públicos para tentar resolvê-los. Revelou também atuar em benefício da Comunidade Chico Mendes, na Ilha de Mosqueiro, e outras comunidades que lidam com a agricultura familiar e enfrentam o problema do transporte público deficiente. Agradeceu a seus pares a aprovação de duas sessões especiais, de sua iniciativa, que foram realizadas na semana anterior neste Salão Plenário. A sessão ocorrida na sexta-feira tratou do empreendedorismo feminino – objeto de lei municipal de sua autoria recentemente aprovada neste parlamento – e discutiu, entre outros aspectos, a maior escolaridade da população feminina em comparação com a masculina e o menor salário pago às mulheres no exercício da mesma função, segundo dados do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae, informou. A sessão realizada na quinta-feira abordou a Lei Complementar nº 123/2006, que precisava ser regulamentada em nível municipal, havendo apenas um decreto nesse sentido, apontou. Essa legislação amparava e trazia muitos benefícios às micro e pequenas empresas, desburocratizando o processo para a abertura de novas entidades empresariais desse porte e permitindo a participação delas em licitações no âmbito municipal. Salientou que as pequenas empresas e as microempresas são as que menos demitem e as que mais geram empregos com carteira assinada em nosso país. Findo este pronunciamento, o vereador Augusto Santos assumiu a presidência da Mesa. Matheus Cavalcante referiu que, nos últimos dez anos, as microempresas e as pequenas empresas foram responsáveis por sete em cada dez novos empregos criados no Brasil. Tais organizações representam a base de nossa economia, correspondendo a 42% de todos os salários pagos, complementou, ressaltando o empreendedorismo como gerador de empregos, promovendo o acesso à renda e a uma vida mais digna. Noticiou depois a aprovação pela Assembleia Legislativa do Estado do Pará - Alepa, no dia anterior, de um projeto readequando a Lei Estadual nº 7649, de 24 de julho de 2012, que dispõe sobre as normas de licitação e contratação de uma Parceria Público-Privada — PPP no âmbito do estado do Pará. Houve uma redução no valor do contrato para estabelecimento de uma PPP (de vinte para dez milhões de reais) e inúmeras barreiras burocráticas foram minoradas, aditou. Salientou a importância das PPPs para diminuir as despesas públicas e recuperar os bens e espaços públicos disponibilizando-os à população, frisando não se tratar de privatização. Trata-se de uma delegação ao agente privado para que ele revitalize o espaço público e o utilize no exercício de uma atividade, sendo os preços cobrados aos consumidores pelos serviços e bens oferecidos regulados e até previstos no edital de licitação pelo agente público, esclareceu. Memorou que o Palacete Pinho foi reformado na primeira gestão municipal do ex-prefeito Zenaldo Coutinho, mas após quatro anos estava novamente deteriorado. Isso ocorreu porque não se deu a ele uma destinação adequada, não havendo acesso da população àquele espaço de forma democrática, opinou. Vários empreendimentos poderiam ter sido realizados ali - como cafés, restaurantes e negócios afins, além de um museu de acesso gratuito - e a conservação do espaço seria custeada pelos empresários que o utilizassem, estimou. Ao invés disso, lamentou, ocorreu o fechamento de um prédio histórico e depois seu abandono, pois a Prefeitura Municipal de Belém – PMB não teve condições de mantê-lo. Fez referência depois à revitalização do Palácio Antônio Lemos, que estava sendo realizada com dinheiro público, apontando que, finda esta recuperação, ele não deveria ficar simplesmente fechado, mas

ser frequentado pela população assim como outros espaços públicos em Belém, citando o Mercado de São Brás, o Palacete Pinho, o Palacete Faciola e o Largo da Palmeira. Destacou a subutilização deste último logradouro, criado na gestão do ex-prefeito Duciomar Costa para abrigar os vendedores ambulantes, pois estava totalmente fechado e ocorreu a ocupação irregular das calçadas pelos comerciantes, reduzindo a área para circulação das pessoas. Expressou ser essencial criar ambientes novos e ambientes inovadores em nossa cidade para que ela volte a crescer economicamente, gerando emprego e renda para a população. O setor de serviços poderia absorver grande parte da mão-de-obra que ficou desempregada na pandemia, postulou. Ressaltou que o eixo temático da retomada econômica no projeto do Plano Plurianual 2022-2025 incluiu o turismo, destacando que essa atividade permite o fortalecimento da economia circular e do setor de serviços, sem trazer impactos ambientais negativos. Expôs ter apresentado uma emenda ao projeto do PPA 2022-2025 criando um programa especial de regularização tributária para as empresas atingidas pela pandemia, sobretudo as do setor hoteleiro. Explicou que as empresas de hotelaria têm como principal custo tributário o Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU e este, incidindo sobre os imóveis e não sobre a atividade econômica, não teve qualquer redução durante a crise provocada pelo novo coronavírus. Nestes dois últimos anos, atentou, não houve o Círio de Nazaré, evento que permite as maiores lotações e os maiores faturamentos nos hotéis, prejudicando grandemente o setor. Pediu o apoio de seus pares à aprovação dessa emenda. Émerson Sampaio externou concordância com o exposto anteriormente pelo vereador Matheus Cavalcante em relação à má utilização dos espaços públicos em nossa cidade, criticando quanto a isso a gestão do ex-prefeito Zenaldo Coutinho. Mencionou requerimento de sua autoria, a ser votado nesta sessão, solicitando a realização de uma sessão especial para discutir a falta de saneamento em nossa capital. Em breve, alertou, teríamos novamente o período de chuvas intensas, sendo necessário avaliar as ações para prevenir enchentes e alagamentos de forma a melhor utilizar os parques recursos disponíveis. Inteirou ter apresentado um projeto indicativo ao Executivo Municipal determinando a utilização do piso ecológico nas periferias de Belém. Participou que o prefeito de São Miguel do Guamá, Eduardo Gomes Leite, montou uma pequena fábrica de bloquete ecológico na cidade, operada pelos funcionários do município, e faz a pavimentação de ruas a um custo de 250 mil reais por quilômetro. A drenagem e pavimentação de um quilômetro de uma via em Belém custavam cerca de um milhão de reais, comparou, e a PMB não possuía recursos para isso. Pediu ao gestor municipal que avaliasse com atenção esse projeto, pois sua efetivação permitiria sanear a periferia de nossa cidade, onde vive a maioria de nossa população, pessoas que não podiam continuar a andar na lama, tendo suas casas periodicamente alagadas. Tal situação precária persistia havia décadas e mudanças não ocorriam porque não havia planejamento para mudar, recorrendo-se sempre à justificativa da falta de recursos. Parabenizou a população do Bairro da Marambaia, onde dez praças seriam revitalizadas pela PMB, contrapondo, entretanto, que no Bairro do Tapanã havia um único espaço público de lazer, a Praça Cordeiro de Farias, que estava abandonada havia dez anos, não recebendo sequer limpeza. Sobrelevou a necessidade de o poder público cuidar da cidade como um todo, observando que o ex-prefeito Zenaldo Coutinho concentrava as obras apenas nas áreas centrais de Belém. Em aparte, manifestou-se o vereador Juá Belém. Encerrado o Horário do Expediente, iniciou-se o Horário de Liderança. Pela liderança do bloco DEM – Patriota – Cidadania, Josias Higino cientificou seus pares da realização, na segunda-feira seguinte, neste Salão Plenário, de sessão especial tratando sobre a doação de sangue. É imprescindível conscientizar as pessoas para que doem sangue, um ato de amor e solidariedade, pontuou. Contou que precisou receber sangue, quinze anos antes, ao ser operado da coluna vertebral, informando que uma bolsa de sangue pode salvar até quatro vidas. Na sessão haveria as apresentações de um coral de mulheres e de um coral de homens e dela participariam algumas autoridades, dentre elas o presidente da Fundação Hemopa e representantes da Secretaria Municipal de Saúde – Sesma e da Secretária de Estado de Saúde do Pará – Sespa, notificou. A Unidade Móvel de Coleta de Sangue do Hemopa ficaria na Travessa do Chaco, nos fundos da CMB, e pessoas seriam mobilizadas para fazer a doação de sangue nas dependências desta Casa, anunciou. Tinham por objetivo chegar, no mínimo, a cem doações, o que seria importante para dar suporte ao Hemopa, aumentando o estoque de sangue para o final de ano. Estavam trabalhando para atingir essa meta, envolvendo inclusive a Missão com Mulheres da Igreja Assembleia de Deus, onde sua esposa atuava, auxiliando a pastora Honorata, reportou, pedindo a seus pares que também estimulassem pessoas a doar sangue nesse dia. Pela liderança da Oposição, Matheus Cavalcante reiterou que a PMB não tem orçamento suficiente para sanear toda a cidade, sendo necessário realizar operações de crédito para obter os recursos e financiar projetos de macrodrenagem. Por outro lado, assinalou, havia no projeto para o PPA 2022-2025 enviado pela PMB a esta Casa a previsão de inúmeros gastos não prioritários. Dentre eles destacou a TV Belém, cujas características não estavam especificadas no projeto, não se definindo a forma de funcionamento e o conteúdo que seria por ela veiculado. Avaliou que os meios ora existentes disponíveis à Prefeitura – redes sociais institucionais, Agência Belém e a Secretaria Municipal de Comunicação - permitiam a publicidade adequada aos atos da gestão municipal. Pediu

aos demais parlamentares apoio à aprovação de uma emenda que apresentou ao projeto do PPA 2022-2025 eliminando a TV Belém. Estabeleceu também que o projeto de PPA 2022-2025 previa a execução de obras de saneamento basicamente nos bairros do Distrito Administrativo do Guamá - Dagua (Canudos, Condor, Cremação, Guamá, Jurunas e Terra Firme) não contemplando outras áreas da cidade. Criticou esta determinação, afirmando não ser possível pensar em uma cidade que garanta direitos sem dispor no PPA 2022-2025 as obras de saneamento necessárias à população. Pelo Solidariedade, Igor Andrade elogiou o projeto de lei da deputada federal Celina Leão (PP - DF), aprovado pela Câmara Federal no dia anterior, aumentando a pena para os crimes cometidos contra a mulher em situação de violência doméstica, comentando que tais delitos frequentemente ficavam impunes em nossa sociedade. Recordou ter apresentado nesta Casa um projeto de lei, aprovado no ano anterior, determinando que um percentual das vagas de emprego nas empresas prestadoras de serviço à PMB fosse destinado às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. Explicitou que o projeto, já tornado lei, tenciona fazer com que as mulheres sujeitas à agressão e em situação de vulnerabilidade social tenham oportunidade de trabalho e possam mudar suas vidas. O projeto da deputada Celina Leão modifica a Lei Maria da Penha, o Código Penal e o Código de Processo Penal aumentando as penas aplicadas, permitindo que qualquer pessoa faça a denúncia da agressão à mulher e eliminando a possibilidade de extinção do processo por um pedido de perdão do agressor à vítima, deslindou. Falando em seguida pela liderança do Governo, Igor Andrade discorreu sobre o aumento assustador nos índices de feminicídio em nosso país durante a pandemia, defendendo uma atuação forte das instituições sociais para reverter esse quadro. Em aparte, manifestou-se o vereador Fábio Souza. Pelo PSC, José Dinelly relatou ter visitado, na sexta-feira anterior, o Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Pará - Iasep, sendo recebido com muito carinho e respeito pelo presidente do órgão, senhor Bernardo Albuquerque. Expressou ter ficado muito feliz ao saber que ele e vários funcionários, de forma espontânea, estavam de saída para o Hemopa, onde fariam a doação de sangue, um ato de amor e solidariedade. Pediu a todas as pessoas que doassem sangue se pudessem fazê-lo, contando que, no sábado, na estrada velha do Outeiro, um motociclista chocara-se com um caminhão que vinha na direção contrária ao desviar de um ônibus mal estacionado. Em consequência, perdeu uma perna e estava em uma Unidade de Terapia Intensiva precisando muito de sangue. Parabenizou o presidente do Iasep e os funcionários por mostrarem-se solidários ao próximo fazendo a doação. Pela liderança do bloco PP - Podemos - Pros, Emerson Sampaio cedeu aparte ao vereador Lulu das Comunidades. Encerrado o Horário de Liderança, o presidente Augusto Santos pediu aos demais vereadores que fizessem o registro de suas presenças no painel eletrônico para a verificação de quórum. Havendo quórum, iniciou-se a Primeira Parte da Ordem do Dia. Retomou-se então a votação do requerimento da vereadora Lívia Duarte solicitando realização de uma sessão especial em alusão ao Dia do Trabalhador e da Trabalhadora Ambulante, conforme proposta de inclusão da data no calendário oficial do município de Belém que enviara a este parlamento em 04/10/2021. Fez o encaminhamento o vereador Miguel Rodrigues. A vereadora Lívia Duarte pediu depois Questão de Ordem solicitando que o requerimento fosse votado simbolicamente. Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade, de forma simbólica. Foi feita em seguida a leitura e votação do requerimento do vereador Fábio Souza solicitando dois dias de licença parlamentar, em 26 e 29 de novembro corrente, sendo este aprovado por unanimidade. Fez-se posteriormente a leitura do requerimento da vereadora Enfermeira Nazaré Lima solicitando que esta Casa manifestasse Moção de Apoio à aprovação pelo Senado Federal do Projeto de Lei nº 2564/2020, a ser votado na tarde deste dia, que institui o piso salarial nacional do enfermeiro, do técnico de enfermagem, do auxiliar de enfermagem e da parteira. A vereadora Enfermeira Nazaré pediu Questão de Ordem solicitando que o requerimento fosse votado simbolicamente. Fizeram encaminhamentos os vereadores Fernando Carneiro, Enfermeira Nazaré Lima, Zeca do Barreiro e Miguel Rodrigues. Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade, de forma simbólica. Passou-se a seguir à leitura do requerimento do vereador Emerson Sampaio solicitando a realização de uma sessão especial para debater a falta de saneamento básico no município de Belém. Fizeram encaminhamentos os vereadores Emerson Sampaio, Zeca Pirão, Gleisson Silva, Miguel Rodrigues e Fabrício Gama (com apartes dos vereadores Roni Gás e Miguel Rodrigues), ficando o requerimento em votação. Encerrada a Primeira Parte da Ordem do Dia, foi feita a chamada nominal dos vereadores para a verificação de quórum. Havendo quórum, iniciou-se a Segunda Parte da Ordem do Dia. O vereador Zeca Pirão pediu então Questão de Ordem solicitando a mudança da ordem dos projetos em pauta, de forma que o projeto constante no Processo nº 1640/2021 entrasse em discussão. Posta em votação, esta solicitação foi aprovada pela plenária. Entrou depois em discussão única e votação, com dispensa de interstício, o projeto que "Altera a Lei nº 9668, de 08 de junho de 2021, que dispõe sobre a obrigatoriedade de contratação de bombeiros civis, no âmbito do município de Belém, por estabelecimentos onde haja grande circulação de pessoas", constante no Processo nº 1640/2021, de autoria do vereador Zeca Pirão. Na discussão, não houve oradores. Procedeu-se posteriormente à leitura do projeto. Fez o encaminhamento o vereador Miguel

Rodrigues. Postos a seguir em votação, os artigos do projeto foram aprovados por unanimidade, em bloco, com vinte e oito votos favoráveis. O presidente declarou então aprovado o projeto de lei que "Altera a Lei nº 9668, de 08 de junho de 2021, que dispõe sobre a obrigatoriedade de contratação de bombeiros civis, no âmbito do município de Belém, por estabelecimentos onde haja grande circulação de pessoas", constante no Processo nº 1640/2021. Justificaram seus votos os vereadores Zeca Pirão e Miguel Rodrigues. Em seguida, o presidente Augusto Santos encerrou a sessão, às dez horas e cinquenta e nove minutos. Estavam licenciados os vereadores Bieco e Dona Neves. Justificaram suas ausências os vereadores Goleiro Vinícius, Mauro Freitas e João Coelho. Estiveram presentes os vereadores: Fabrício Gama, Matheus Cavalcante, Josias Higino e Pastora Salete, pelo bloco DEM – Patriota – Cidadania; Emerson Sampaio, Roni Gás, Miguel Rodrigues, Renan Normando e Túlio Neves, pelo bloco PP – Podemos – Pros; Blenda Quaresma, John Wayne, Neném Albuquerque e Zeca Pirão, pelo MDB; Juá Belém e Augusto Santos, pela bancada do Republicanos; Livia Duarte, Fernando Carneiro e Enfermeira Nazaré Lima, pelo PSOL; Pablo Farah, pelo PL; Gleisson Silva e Fábio Souza, pelo PSB; Moa Moraes, pelo PSDB; Amaury da APPD e Bia Caminha, pelo PT; Altair Brandão, pelo PC do B; Allan Pombo, pelo PDT; José Dinelly, pelo PSC; Lulu das Comunidades, pelo PTC; Igor Andrade, pelo Solidariedade; Zeca do Barreiro, pelo Avante. Eu, segundo-secretário, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Lameira Bittencourt, Palácio Augusto Meira Filho, dia 24 de novembro de 2021.



1ª Secretária



Presidente



2º Secretário